

Entidade Adjudicante 	Gabinete Nacional de Segurança
Número Processo Despesa 	4388037210
Procedimento 	Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia
Objeto do Contrato 	Aquisição de serviços para a elaboração do projeto de execução de arquitetura e de especialidades para a recuperação e requalificação das instalações do GNS e do CNCS

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Despacho de Aprovação:

Aprovo, ao abrigo do n.º 1, do artigo 5.º, e do n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho, conjugado nos artigos 36.º, 38.º e 40.º do CCP.

O Diretor-Geral,

**António Gameiro Marques
Contra-Almirante**

ÍNDICE

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO	3
Artigo 1.º Identificação e Objeto do Procedimento	3
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º Decisão de Contratar	3
Artigo 4.º Escolha do Procedimento	4
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	4
Artigo 5.º Tramitação do procedimento	4
Artigo 6.º Assinatura Eletrónica	4
Artigo 7.º Esclarecimentos, retificações e erros e omissões.....	4
Artigo 8.º Idioma dos Documentos que constituem a proposta	5
Artigo 9.º Documentos da Proposta	5
Artigo 10.º Elementos da Proposta	5
Artigo 11.º Entrega de Amostra	7
Artigo 12.º Acesso às Instalações.....	7
Artigo 13.º Prazo de apresentação da Proposta	7
Artigo 14.º Modo de apresentação da Proposta.....	7
Artigo 15.º Propostas variantes.....	7
Artigo 16.º Prazo de Manutenção das Propostas	7
Artigo 17.º Preço Base	7
CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS	7
Artigo 18.º Critério de Adjudicação e Modelo de Avaliação das Propostas	7
Artigo 19.º Fase de Negociação	8
Artigo 20.º Leilão Eletrónico	8
Artigo 21.º Admissão e Exclusão das Propostas	8
Artigo 22.º Relatório preliminar	8
Artigo 23.º Audiência prévia.....	8
Artigo 24.º Relatório final	9
CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO.....	9
Artigo 25.º Adjudicação	9
Artigo 26.º Notificação da decisão de adjudicação	9
Artigo 27.º Documentos de Habilitação	9
Artigo 28.º Idioma dos Documentos de Habilitação	10
Artigo 29.º Caução	10
CAPÍTULO V – CONTRATO.....	10
Artigo 30.º Minuta do Contrato	10
Artigo 31.º Outorga de Contrato	11
Artigo 32.º Não Outorga do Contrato	11
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS	11
Artigo 33.º Possibilidade de adoção de Ajuste Direto	11
Artigo 34.º Encargos do concorrente.....	11
Artigo 35.º Consulta Preliminar.....	11
Artigo 36.º Proteção de dados	11
Artigo 37.º Obrigações especiais de segurança	12
Artigo 38.º Legislação aplicável.....	12
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO (ANEXO I AO CCP)	13
ANEXO II – ORGANIZAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	14
ANEXO III - MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	17
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO (ANEXO II AO CCP)	22

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º | Identificação e Objeto do Procedimento

1. O procedimento contratual n.º 4388037210 tem por objeto a “Aquisição de serviços para a elaboração do Projeto de Execução de Arquitetura e de Especialidades para a Recuperação e Requalificação das Instalações Do GNS do CNCS”, de acordo com as Especificações Técnicas da Parte II do Caderno de Encargos (CE) do presente procedimento e em conformidade com o respetivo clausulado.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos Contratos Públicos, Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) a presente prestação de serviços tem a seguinte classificação: 71200000-0 – Serviços de arquitetura e afins.
1. O presente procedimento rege-se pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, o qual aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP), e demais legislação conexas.
3. O âmbito da contratação compreende a execução dos trabalhos descritos na Parte II do Caderno de Encargos – Especificações Técnicas, e que sucintamente se referem:
 - a. Levantamento do existente (arquitetura e todas as restantes especialidades);
 - b. Execução do estudo prévio de arquitetura e de todas as restantes especialidades para as novas instalações;
 - c. Execução do anteprojecto de arquitetura e de todas as restantes especialidades para as novas instalações;
 - d. Elaboração do projeto de execução de arquitetura e de todas as restantes especialidades para as novas instalações;
 - e. Assistência técnica à obra.
4. No âmbito da Proposta, os Concorrentes deverão considerar, todos os pontos definidos no ANEXO II – Organização da apresentação das propostas, do presente Programa do Procedimento.

Artigo 2.º | Entidade Adjudicante

A Entidade Pública Adjudicante é o Gabinete Nacional de Segurança, abreviadamente designado por GNS, com o número de identificação fiscal 600056120, sito na Rua da Junqueira, n.º 69, 1300-342 Lisboa, Portugal, com os números de telefone 210 403 600 e fax 210 403 698 e com o endereço de correio eletrónico: geral@gns.gov.pt.

Artigo 3.º | Decisão de Contratar

O órgão competente para a decisão de contratar, autorizar a despesa e aprovar o procedimento é o Diretor-Geral, Contra-almirante António Gameiro Marques, ao abrigo do n.º 1, do artigo 5.º, e do n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho, conjugado nos artigos 36.º e 38.º do CCP.

Artigo 4.º | Escolha do Procedimento

Com base em critérios de economia, eficiência e eficácia, conjugado com a natureza do serviço a adquirir e ao grau de premência da necessidade, foi aprovado e adotado o procedimento de Concurso Público com publicação, nos termos do artigo 20.º n.º 1 alínea a) do CCP.

CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Artigo 5.º | Tramitação do procedimento

1. O presente procedimento será integralmente tramitado através da plataforma eletrónica de contratação pública em vigor no Gabinete Nacional de Segurança – www.acingov.pt.
2. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação supramencionada.
3. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na referida plataforma eletrónica de contratação pública.

Artigo 6.º | Assinatura Eletrónica

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nomeadamente certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração.

Artigo 7.º | Esclarecimentos, retificações e erros e omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como a apresentação de listas de erros e omissões, devem ser solicitados até ao final do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através do meio eletrónico definido no artigo 5.º.
2. Os esclarecimentos e erros e omissões referidos no número anterior serão prestados/respondidos até ao final do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões expressamente aceites, fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
4. Compete ao júri do procedimento a prestação dos esclarecimentos previstos no n.º 1.

5. Compete ao órgão competente para a decisão de contratar a decisão sobre os erros e omissões e retificações às peças do procedimento.

Artigo 8.º | Idioma dos Documentos que constituem a proposta

Todos os documentos devem ser apresentados em língua portuguesa ou, quando redigidos numa outra língua, acompanhados de tradução devidamente legalizada,

Artigo 9.º | Documentos da Proposta

1. A proposta é instruída pela totalidade dos documentos em baixo indicados, assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada, antes do processo de submissão da proposta, sob pena de exclusão:
 - a. **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**
 - b. **Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada de acordo com o anexo I ao CCP, constante em Anexo I ao presente Programa, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para tal;
 - c. **Proposta**, elaborada de acordo com o Anexo II, com a informação dos atributos, termos, condições e informação técnica detalhada;
 - d. **Documento eletrónico oficial**, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, nomeadamente, certidão permanente do registo comercial, procuração ou documento equivalente.
2. Adicionalmente, poderão ser apresentados quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

Artigo 10.º | Elementos da Proposta

1. A proposta, organizada de acordo com a estrutura indicada no Anexo II ao presente Programa do Procedimento, é instruída pela totalidade dos documentos em baixo indicados, assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada, antes do processo de submissão da proposta, sob pena de exclusão:
 - a. Preço contratual total em Euros com duas casas decimais, obrigatoriamente, não incluindo o IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto, à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre preço por extenso e o escrito por algarismos prevalecerá sempre o preço por extenso parcelarmente apresentado.
 - b. Decomposição do preço contratual proposto, sem IVA, pelas fases indicadas em baixo, tendo em consideração os trabalhos pretendidos descritos no capítulo 3. da PARTE II do CE:
 - Levantamento arquitetónico e de todas as especialidades (estrutura, eletricidade, redes de fluidos, AVAC, segurança, ...) da construção atualmente existente. Este levantamento deverá ser realizado por meios não destrutivos, utilizando equipamento adequado (termógrafos, medidores de humidade, raios X portátil, e outros);
 - Elaboração do Estudo Prévio da intervenção global pretendida;

- Elaboração do Anteprojeto, considerando arquitetura e todas as restantes especialidades;
 - Projeto de licenciamento;
 - Projeto de execução considerando arquitetura e todas as restantes especialidades;
 - Assistência técnica à obra.
 - c. Condições de pagamento;
 - d. Preenchimento da tabela de perfis obrigatórios incluída no ANEXO II ao Programa do Procedimento, e apresentação dos seguintes documentos, devidamente assinados e autenticados:
 - Curricula vitae dos recursos humanos obrigatórios, comprovando a experiência profissional exigida;
 - Comprovativo das credenciações com a Marca NACIONAL e o Grau CONFIDENCIAL ou Superior, emitido pela Autoridade Nacional de Segurança;
 - Documentos emitidos pelas Ordens Profissionais, comprovativos de os técnicos serem, no mínimo, membros efetivos das respetivas Ordens;
 - Comprovativos dos graus académicos exigidos;
 - Comprovativo das certificações em ISO, se aplicável.
 - e. Caso o concorrente seja constituído em forma de agrupamento, documento com a designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 5 do Artigo 9.º.
 - f. Declaração de compromisso de credenciação na marca Nacional, grau "Confidencial", dos recursos humanos a afetar à execução do contrato;
 - g. Discriminação do prazo da prestação de serviços com escalonamento expressos em dias e/ou descritos por algarismos, por fase de execução. O prazo de fornecimento a apresentar terá de ser sempre em dias corridos, de calendário, a contar com os dias de Sábado, Domingo e Feriados.
2. Qualquer informação que esteja em sentido contrário entre o que consta da proposta e qualquer outra informação ou documento apresentado pelo concorrente, prevalece a proposta apresentada nos termos do Anexo II ao presente Programa.
 3. A taxa do IVA aplicável deve ser indicada à parte. Nos casos de isenção é obrigatória a menção ao respetivo fundamento legal (norma, artigo, número, alínea).
 4. No caso da proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, deverá a mesma ser subscrita pelo representante comum do agrupamento, com reconhecimento notarial ou equivalente, e nessa qualidade, sob pena de exclusão.
 5. São excluídas as propostas que incluam membros da equipa técnica a afetar à execução do contrato que não estejam credenciados pela Autoridade Nacional de Segurança na Marca NACIONAL e Grau CONFIDENCIAL ou superior.
 6. São excluídas as propostas que não cumpram integralmente as exigências indicadas na alínea d) do ponto 1, devidamente autenticados.

7. São excluídas as propostas que estejam em qualquer das situações descritas nos artigos 70.º e 146.º do Código dos Contratos Públicos.
8. Adicionalmente, poderão ser apresentados quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

Artigo 11.º | Entrega de Amostra

Não aplicável.

Artigo 12.º | Acesso às Instalações

No âmbito do procedimento de formação do contrato, o acesso às instalações deve ocorrer entre os dias 16 e 20 de junho de 2025, e ser solicitado com a antecedência mínima de 24 horas.

Artigo 13.º | Prazo de apresentação da Proposta

1. As propostas deverão ser entregues, impreterivelmente, e sob pena de exclusão, até às 23:59 Horas do 30º dia após a publicação através do meio eletrónico definido no artigo 5.º.
2. A data fixada para a apresentação de propostas pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado.

Artigo 14.º | Modo de apresentação da Proposta

A proposta e os respetivos documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica de contratação pública em vigor no Gabinete Nacional de Segurança / Centro Nacional de Cibersegurança – www.acingov.pt.

Artigo 15.º | Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 16.º | Prazo de Manutenção das Propostas

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 90 dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 17.º | Preço Base

O preço base para efeitos do presente procedimento é de 160.000,00€ (cento e sessenta mil euros) (IVA excluído), enquanto montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 18.º | Critério de Adjudicação e Modelo de Avaliação das Propostas

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do disposto no artigo 74.º n.º 1 alínea a) do CCP.
2. O modelo de avaliação das propostas consta do Anexo III ao presente programa.
3. Após aplicação do critério de adjudicação, e se se verificar a situação de empate entre dois ou mais concorrentes, será aplicado o critério por ordem decrescente de ponderação dos fatores. Será adjudicada a proposta que reunir mais pontuação no fator que tiver maior peso. Se se verificar situação de empate, será efetuado o mesmo exercício para o ou os fatores seguintes.

No caso de mesmo assim se verificar uma situação de empate entre os concorrentes, serão os mesmos notificados, via correio eletrónico, para comparecerem na data e hora que lhes venha a ser indicada e na morada identificada no presente Programa do Procedimento, para a aplicação do método de sorteio, não sendo, no entanto, obrigatória a sua presença. O sorteio consistirá na identificação dos nomes dos concorrentes, em folhas de formato A5 dobradas em 4 partes iguais e colocadas num saco preto, sendo tirada à sorte apenas uma das folhas por um elemento do júri. A adjudicação será efetuada ao concorrente identificado na folha sorteada. Este sorteio será realizado na presença de pelo menos dois elementos do júri e dos representantes das firmas notificadas e que se queiram fazer representar.

Artigo 19.º | Fase de Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 20.º | Leilão Eletrónico

Não aplicável.

Artigo 21.º | Admissão e Exclusão das Propostas

Sem prejuízo de outros motivos previstos na lei, são excluídas as propostas nas seguintes situações:

- a. Nos termos previstos no artigo 146.º n.º 2 do CCP;
- b. Não sejam constituídas por todos os documentos exigidos;
- c. Quando se verifique que todos os documentos que compõem a proposta não se encontrem assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 22.º | Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas.

Artigo 23.º | Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 24.º | Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO

Artigo 25.º | Adjudicação

A adjudicação será efetuada ao concorrente que se posicione no primeiro lugar da ordenação final.

Artigo 26.º | Notificação da decisão de adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.
2. A decisão de adjudicação deverá ser notificada aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do disposto no artigo 76.º n.º 1 do CCP.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:
 - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa;
 - b. Confirmar, no prazo de dez dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições das propostas adjudicadas;
 - c. Pronunciar-se sobre a minuta de contrato, no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da notificação de adjudicação.

Artigo 27.º | Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a. **Declaração elaborada de acordo com o anexo II ao CCP**, constante no Anexo IV ao presente Programa;
 - b. **Certificado de registo criminal** da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da pessoa coletiva ou de pessoa singular, quando aplicável;
 - c. **Certidão** sobre a situação regularizada relativamente a **dívidas por impostos ao Estado**;
 - d. **Certidão** sobre a situação regularizada relativamente a **dívidas por contribuições para a segurança social** ao Estado;
 - e. **Certidão Permanente de Registo Comercial**;
 - f. **Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo** (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso (O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://rcbe.justica.gov.pt/>);

2. Optativamente, pode o adjudicatário emitir uma autorização à entidade adjudicante para obter a referida informação junto das entidades competentes.
3. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nos números anteriores ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado, de acordo com o previsto no número 3 do artigo 83º do CCP.
4. Caso sejam detetadas não conformidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, nos termos do artigo 86.º n.º 2 do CCP, será concedido um prazo adicional, de 5 (cinco) dias úteis, para que este se pronuncie, ao abrigo de audiência prévia.
5. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário a entidade adjudicante, em função das razões invocadas, notifica o adjudicatário para a apresentar os documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP.
6. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, os adjudicatários não apresentarem os documentos de habilitação no prazo fixado no presente Programa.

Artigo 28.º | Idioma dos Documentos de Habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem as entidades adjudicatárias fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 29.º | Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida caução.

CAPÍTULO V – CONTRATO

Artigo 30.º | Minuta do Contrato

1. A minuta do Contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 98.º n.º 1 do CCP.
2. A minuta do contrato será notificada ao adjudicatário nos termos do disposto no artigo 100.º n.º 1 do CCP.
3. A minuta do Contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.
4. A reclamação da minuta do Contrato a celebrar só pode ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, dos termos do disposto no artigo 96.º n.º 2 e 5 do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

5. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 31.º | Outorga de Contrato

1. Será celebrado contrato escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático, nos termos do artigo 94.º do CCP. A formação e a formalização do texto do mesmo obedecerão ao procedimento descrito nos artigos 94.º a 106.º do CCP.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, toda documentação que seja necessária ao pontual cumprimento do mesmo.
3. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento será publicitado em www.base.gov.pt.

Artigo 32.º | Não Outorga do Contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário selecionado não cumprir com o prazo e procedimentos fixados para a outorga do contrato através de clausulado em suporte informático, bem como, no caso de agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado, nos termos previstos no artigo 54.º n.º 4 do CCP.
2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente ao do último prestador selecionado.
3. No caso previsto no n.º 1, poderá ser instaurado ao concorrente selecionado um processo de contraordenação, nos termos consignados nos artigos 455.º e seguintes do CCP.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

Artigo 33.º | Possibilidade de adoção de Ajuste Direto

Não existe a possibilidade de adoção de ajuste direto, nos termos do artigo 26.º do CCP, para a repetição de contratos de aquisição de serviços similares aos do objeto do presente contrato.

Artigo 34.º | Encargos do concorrente

São encargos do concorrente as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação da proposta.

Artigo 35.º | Consulta Preliminar

Não aplicável.

Artigo 36.º | Proteção de dados

1. Nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 3, do artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente Procedimento e do cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja adstrito, a

Entidade Adjudicante poderá tratar dados pessoais, nomeadamente de identificação e informação relativa ao registo criminal relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

2. Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus órgãos sociais representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela Entidade Contratante, em cumprimento do direito à informação.
3. Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados logo que cesse a obrigação legal ou contratual de conservação.
4. Os concorrentes comprometem-se a não copiar, reproduzir, adaptar, difundir, transmitir ou divulgar quaisquer informações ou dados referentes a terceiros que tenham tido conhecimento por força do presente procedimento.

Artigo 37.º | Obrigações especiais de segurança

Os concorrentes encontram-se obrigados a cumprir as obrigações de Segurança constantes na Cláusula 15.º e 37ª do Caderno de Encargos.

Artigo 38.º | Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente Programa, observar-se-á o disposto no CCP, na sua atual redação, e restante legislação aplicável.

ANEXO I - Modelo de Declaração (anexo I ao CCP)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento de concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência do procedimento em causa e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
 2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:
 - a) ...
 3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
 4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
 6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55.º do referido Código.
 7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local), ... (data), ... [assinatura⁴].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "sua representada"

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – Organização da apresentação das propostas

[a que se refere o Artigo 10º, do Programa do Procedimento]

[•] (*firma, número de identificação fiscal e sede*), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do Procedimento aberto pelo GNS, para a celebração do contrato de “Aquisição de serviços para a elaboração do Projeto de Execução de Arquitetura e de Especialidades para a Recuperação e Requalificação das Instalações do GNS do CNCS”, vem apresentar a sua proposta nos seguintes termos:

Conteúdo da proposta - Nota explicativa

I – Organização da apresentação das propostas

Pretende-se que as propostas dos concorrentes apresentem uma organização que obedeça a um modelo comum a todos os concorrentes de modo a facilitar a sua avaliação.

Deve ser seguida a estrutura das propostas apresentada em baixo, sem prejuízo de inclusão de outra informação adicional que os concorrentes considerem relevante para a elaboração da sua proposta.

A proposta apresentada pelos concorrentes deve respeitar a seguinte estrutura:

Índice

1. Sumário executivo
2. Objetivos e âmbito do projeto
 - 2.1. Objetivos
Caraterização e entendimento do projeto por parte do concorrente.
 - 2.2. Âmbito
Descrição sumária dos trabalhos a realizar e respetivos entregáveis.
3. Modelo de execução do contrato
 - 3.1. Apresentar diagrama de GANTT das tarefas a executar, incluindo as seguintes fases:
 - i. Levantamento do existente (arquitetura e todas as restantes especialidades);
 - ii. Execução do estudo prévio (arquitetura e todas as restantes especialidades);
 - iii. Execução do anteprojecto (arquitetura e todas as restantes especialidades);
 - iv. Elaboração do projeto de execução (arquitetura e todas as restantes especialidades);
 - v. Assistência técnica à obra;
 - 3.2. Apresentar o modelo de passagem de conhecimento das implementações objeto do contrato a celebrar;
 - 3.3. Apresentar o Modelo de Governo conceptual do contrato.
4. Recursos humanos a apresentar na proposta
 - 4.1. Apresentar na sua proposta os recursos humanos que o concorrente propõe para a execução do contrato, tendo em atenção a lista de perfis mínimos obrigatórios, identificada no ponto 6 – “Perfis dos recursos obrigatórios”, do Caderno de Encargos, podendo ser adicionados outros recursos que o concorrente identifique como necessários.
Inclui-se em baixo a tabela dos perfis dos Recursos, Número mínimo desses recursos, Credenciações, Certificações e Formação Académica que têm de ser apresentados nas propostas dos concorrentes:

Programa do Procedimento

Perfil do Recurso	QTD Mínima	Credenciações, Certificações, outros requisitos	Formação e experiência
Gestor de Projeto	1	Necessária Credenciação (GNS) Certificação PMP (Project Management Professional) /PMI ou equivalente	Licenciatura em Gestão ou Engenharia com um mínimo de 5 anos de experiência como Gestor de Projeto
Arquiteto	1	Necessária Credenciação (GNS) Necessário comprovar ser membro efetivo de Ordem profissional	Licenciatura em Arquitetura com um mínimo de 5 anos de experiência como Projetista
Engenheiro Civil	1	Necessária Credenciação (GNS) Necessário comprovar ser membro efetivo de Ordem profissional	Licenciatura em Engenharia Civil com um mínimo de 5 anos de experiência como Projetista
Engenheiro Eletrotécnico	1	Necessária Credenciação (GNS) Necessário comprovar ser membro efetivo de Ordem profissional	Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica com um mínimo de 5 anos de experiência como Projetista
Engenheiro Mecânico	1	Necessária Credenciação (GNS) Necessário comprovar ser membro efetivo de Ordem profissional	Licenciatura em Engenharia Mecânica com um mínimo de 5 anos de experiência como Projetista
Engenheiro de Telecomunicações	1	Necessária Credenciação (GNS) Necessário comprovar ser membro efetivo de Ordem profissional	Licenciatura em Engenharia de Telecomunicações, Computação ou Informática com um mínimo de 5 anos de experiência como Projetista
Especialista em Sistemas de Segurança	1	Necessária Credenciação (GNS)	Formação superior com um mínimo de 5 anos de experiência como Especialista em Sistemas de Segurança

Em resumo, os concorrentes têm de apresentar nas suas propostas os seguintes documentos, devidamente assinados e autenticados:

- Os *curricula vitae* dos recursos obrigatórios indicados na tabela supra, comprovando a experiência profissional exigida;
- Comprovativos das credenciações com a Marca NACIONAL e o Grau CONFIDENCIAL ou Superior, emitido pela Autoridade Nacional de Segurança;
- Documentos emitidos pelas Ordens Profissionais, comprovativos de serem, no mínimo, membros efetivos das respetivas Ordens;
- Comprovativos dos graus académicos exigidos.

NOTA:

Os documentos supra indicados são de apresentação obrigatória e constituem fator de exclusão da proposta se não forem cumpridos integralmente os requisitos definidos. Não constituem subcritério de avaliação da Qualidade Técnica (QT) das propostas.

4.2. Apresentar esquema organizacional para a execução dos trabalhos com a descrição de funções e responsabilidades.

5. Condições comerciais

5.1. Preço contratual proposto, sem IVA;

5.2. Decomposição do preço contratual proposto, sem IVA, pelas fases indicadas em baixo (de a) a f)), tendo em consideração os trabalhos pretendidos descritos no capítulo 3. da PARTE II do CE:

- a) Levantamento arquitetónico e de todas as especialidades (estrutura, eletricidade, redes de fluidos, AVAC, segurança, outras) da construção atualmente existente. Este levantamento deverá ser realizado por meios não destrutivos, utilizando equipamento adequado (termógrafos, medidores de humidade, raios X portátil, e outros);
- b) Elaboração do Estudo Prévio da intervenção global pretendida;
- c) Elaboração do Anteprojeto, considerando todas as especialidades;
- d) Projeto de licenciamento considerando todas as especialidades;
- e) Projeto de execução considerando todas as especialidades;
- f) Assistência técnica à obra.

ANEXO III - Modelo de avaliação das propostas

MODELO de AVALIAÇÃO

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta técnica e economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, em função dos seguintes critérios e subcritérios, com os respetivos coeficientes de ponderação:

Preço: 30%;

Qualidade técnica (QT): 40%

Prazo: 30%

O resultado da avaliação de cada proposta é dado pela seguinte expressão:

$$Av = Pts \times 30\% + QT \times 40\% + Pr \times 30\%$$

Critérios e subcritérios de seleção

São definidos os seguintes critérios de seleção: PREÇO, QUALIDADE TÉCNICA e PRAZO, que se discriminam.

▪ PREÇO

A pontuação do fator Preço é atribuída através de uma das seguintes expressões, arredondada às milésimas:

Se $P_p > \text{preço base}$, a proposta é excluída.

Se $75\% \times \text{preço base} \leq P_p \leq \text{preço base}$, então

$$Pts = \frac{\text{preço base} - P_p}{10\% \times \text{preço base}} \times 100$$

Se $P_p < 75\% \times \text{preço base}$, então

$$Pts = \left(1 + 0,25 \times \frac{75\% \times \text{preço base} - P_p}{75\% \times \text{preço base}}\right) \times 100$$

Em que:

- P_p : corresponde ao preço contratual proposto;
- Preço base: corresponde ao valor indicado no Caderno de Encargos como correspondendo ao preço base do Procedimento;
- Pts: Corresponde a pontuação.

▪ QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA

QT é relativo à qualidade técnica da proposta.

A pontuação atribuída a QT é apurada correspondendo à soma das pontuações de cada um dos subfactores a avaliar.

Descrição do fator QT:

$$QT = QT1 + QT2 + QT3$$

QT1:

Tabela de Valorização QT1 (máx. 35 pontos):

Ind	Perfil do Recurso	Nº Anos de Experiência	Avaliação
1	Gestor do Projeto	Superior a 5 anos	1 ponto por cada ano adicional até ao limite máximo de 5 pontos por perfil
2	Arquiteto	Superior a 5 anos	
3	Engenheiro Civil	Superior a 5 anos	
4	Engenheiro Eletrotécnico	Superior a 5 anos	
5	Engenheiro Mecânico	Superior a 5 anos	
6	Engenheiro de Telecomunicações	Superior a 5 anos	
7	Especialista em Sistemas de Segurança	Superior a 5 anos	

QT2:

Tabela de Valorização QT2 (máx. 35 pontos), divididos pelos subfatores 1 e 2:

Item	Subfatores	Pontos
1.	Modelo de execução do projeto nas dimensões que compõem o âmbito, assim como, as metodologias de gestão do projeto, da qualidade e risco, utilizadas para a gestão e implementação do projeto	20
2.	Cronograma do projeto detalhado em GANTT	15

São atribuídas as pontuações às propostas que apresentem os seguintes conteúdos, com os valores máximos indicados em baixo no caso de a proposta cumprir a totalidade dos atributos relativamente a cada um dos níveis de avaliação. As pontuações são atribuídas atributo a atributo.

	[A]	[B]	[C]
	Suficiente	Bom	Muito Bom
1.	A proposta apresenta: <input type="checkbox"/> Conteúdos sucintos identificados na estrutura da proposta a apresentar pelos concorrentes	Além de [A], a proposta descreve como será executado o contrato no que respeita a: – Fases/Módulos; Objetivos (2 pontos); – Principais Atividades (1 ponto); – Responsabilidades (1 ponto);	Além de [B], a proposta descreve outras informações e/ou componentes relevantes, para a gestão e execução do projeto: <input type="checkbox"/> Descrição da metodologia de gestão de projeto a utilizar. O concorrente neste âmbito deve descrever igualmente o modelo de governo através da organização e dos recursos a envolver. Caraterizando as fases, processos, recursos envolvidos, perfis e documentação de gestão (3 pontos). <input type="checkbox"/> Descrição da metodologia de gestão da qualidade a utilizar no projeto. Caraterizando o plano de gestão da

Programa do Procedimento

	[A]	[B]	[C]
	Suficiente	Bom	Muito Bom
		<ul style="list-style-type: none"> Resultados e Entregáveis (1 ponto). 	<p>qualidade, as métricas a usar, e os pontos de controlo (auditorias e inspeções a realizar ao longo do projeto) (4 pontos).</p> <p><input type="checkbox"/> Descrição da metodologia de gestão do risco a utilizar no projeto. Caracterizando o plano de gestão do risco e identificando os potenciais riscos para este tipo de projeto, assim como apresentar o "template" para o registo de riscos (3 pontos).</p>
	5 pontos	10 pontos	20 pontos
2.	<p>A proposta apenas inclui:</p> <p><input type="checkbox"/> Uma apresentação básica do GANTT, apenas com as fases.</p>	<p>Além dos elementos referidos em [A], a proposta apresenta:</p> <p><input type="checkbox"/> GANTT com identificação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> todas as atividades (2 pontos) todas as subatividades (3 pontos); 	<p>Além dos elementos referidos em [B], a proposta apresenta o(s) seguinte(s) elemento(s):</p> <p><input type="checkbox"/> GANTT com identificação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> todos os recursos humanos e materiais afetos a cada subatividade (2 pontos). Indicação das dependências entre atividades e subatividades (1 ponto); <p><input type="checkbox"/> Identificação do caminho crítico (1 ponto)</p> <p><input type="checkbox"/> Justificação da razão subjacente às dependências (1 ponto).</p>
	5 pontos	10 pontos	15 pontos

QT3:

Se o concorrente, para além dos recursos obrigatórios da tabela referenciada no capítulo 6 da PARTE II do presente documento, apresentar adicionalmente, perfis detentores das credenciações e certificações indicados na tabela em baixo, será considerada a respetiva pontuação de valorização.

Será igualmente atribuída a mesma pontuação se algum ou alguns dos recursos obrigatórios da tabela incluída no capítulo 6 for(em) detentor(es) das credenciações e certificações indicados na tabela em baixo:

Tabela de Valorização QT3 (máx. 10 pontos):

Perfil do Recurso	Credenciações e Certificações	Pontuação
Especialista em Sistemas de Gestão da Qualidade	Necessária Credenciação (GNS) Formação reconhecida em Sistemas de Gestão da Qualidade ISO 9001	5 Pontos
Especialista de Gestão de Risco	Necessária Credenciação (GNS) Certificação em CRISC	5 Pontos

▪ PRAZO

O prazo máximo previsto para a execução de todos os trabalhos a cargo do Cocontratante, exceto o acompanhamento da empreitada a lançar pela Entidade Contratante para a obra a realizar, é de 140 (cento e quarenta) dias de calendário, tal como indicado no nº 2 da Cláusula 3ª do Caderno de Encargos.

Esse prazo máximo é dividido em dois períodos:

- a) Um período máximo de 80 (oitenta) dias para a execução dos trabalhos indicados no nº 1 da Cláusula 5ª, do CE, pontos 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, que consistem em:

- Levantamento arquitetónico e de todas as especialidades (estrutura, eletricidade, redes de fluidos, AVAC, segurança, outras) do atualmente existente;
- Consulta a todas as entidades externas, com o objetivo de avaliar a viabilidade legal e de segurança, da execução das intervenções pretendidas. Nessas entidades externas, incluem-se a DGPC, o LNEC, o IPAR e outras;
- Estudo Prévio;
- Anteprojeto;

incluindo a apresentação dos respetivos entregáveis;

- b) Um período máximo de 60 (sessenta) dias para a execução dos trabalhos indicados no nº 1 da Cláusula 5ª, do CE, pontos 1.5 e 1.6, que consistem em:

- Projeto de licenciamento;
- Projeto de execução;

incluindo a apresentação dos respetivos entregáveis.

Constitui critério de valorização das propostas dos concorrentes a redução desses prazos máximos, conforme definido na tabela seguinte:

Tabela de valorização do critério Prazo (máx 40 pontos):

Item	Subfatores	Pontos
1.	Redução do período máximo de 80 dias de calendário, indicado no ponto 2 a) supra	8 pontos por cada semana de antecipação, até ao limite máximo de 40 pontos
2.	Redução do período máximo de 60 dias de calendário, indicado no ponto 2 b) supra	

A avaliação final da proposta será obtida pela expressão:

$$Av = Pts \times 30\% + QT \times 40\% + Pr \times 30\%$$

$$\text{Em que } QT = Qt1 + QT2 + QT3$$

ANEXO IV - Modelo de Declaração (Anexo II ao CCP)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁵... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁶ não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁷] os documentos comprovativos de que a sua representada⁸ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data), ... [assinatura⁹].

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁶ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

⁷ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso

⁸ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

⁹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º